

Melo sanciona lei que lista imóveis abandonados

Legislação cria cadastro que visa permitir ao Executivo intervir e alienar espaços desocupados em Porto Alegre

/ PLANEJAMENTO URBANO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Aprovado em sessão da Câmara Municipal de Porto Alegre no dia 23 de fevereiro, o projeto de lei, de autoria do vereador Marcos Felipi Garcia (Cidadania), foi sancionado ontem pelo prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. A nova legislação institui o Cadastro Municipal de Imóveis Abandonados (CMIA). A norma visa permitir que o Executivo disponha de medidas de intervenção e alienação desses espaços.

Segundo o parlamentar, a lei trata de maneira mais ágil a limitação administrativa. O grande diferencial do decreto é o fato de possuir um banco de dados com os locais avaliados como abandonados.

A partir de denúncias dos cidadãos ou da avaliação da própria prefeitura da Capital, será feito o cadastro dos imóveis, para



EVANDRO OLIVEIRA/JC

A partir de denúncias ou avaliação da prefeitura será feito o cadastro

que se possa traçar as alternativas, escolher as prioridades, e decidir quais serão as ações necessárias. Feito isso, a criação da listagem ajudaria a diagnosticar problemas de saúde e também de segurança pública.

Além disso, permitirá saber a quantidade total desse tipo de imóvel, à quem possui e por onde agir primeiro.

Segundo o prefeito da Capi-

tal, Sebastião Melo, se trata de um desafio histórico da cidade e, a partir dessa medida, “avancamos na preservação dos espaços, no estímulo às atividades econômicas e na promoção do bem-estar dos porto-alegrenses”, especialmente nas comunidades.

“É moradia digna, cuidado com a saúde e com o meio ambiente. A fiscalização é um dever da gestão, mas é fundamen-

Segundo a legislação, serão considerados imóveis abandonados aqueles que:

- ▶ Apresentarem sinais evidentes de ausência de manutenção, risco de desabamento, proliferação de vetores ou ocupação irregular;
- ▶ Estiverem desocupados há pelo menos 12 (doze) meses, sem justificativa aceita pelo Executivo Municipal ou resposta do proprietário às tentativas de notificação;
- ▶ Tiverem débitos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) acumulados por período superior a 2 (dois) anos;
- ▶ Tiverem proprietário não identificado ou não localizado após 3 (três) tentativas oficiais de notificação.

tal que a população também faça a sua parte, contribuindo para a conservação e a limpeza desses espaços”, afirma Melo.

A escolha do que deve ser feito com os imóveis abandonados fica a cargo da prefeitura municipal, levando em conta as características do espaço e as necessidades avaliadas na localidade.

Marcos Felipi acredita que para os próximos passos, a prioridade é o Executivo, dentro de cada região, traçar quais imóveis devem ser colocados em primeiro plano para as ações.

O vice-presidente do Instituto

de Arquitetos do Brasil (IAB), Lucas Leite, acredita que, políticas públicas que incentivem a retomada dos imóveis desamparados e fomentem a ativação urbana são bem-vindas. Porém, para ele, os mecanismos utilizados têm de fazer sentido, não podem ser equivocados e precisam beneficiar efetivamente a sociedade.

“Todo imóvel que fica inativo, desocupado na cidade, cria um vazio urbano. E todo vazio urbano faz com que a cidade de alguma forma perca um pouco de vigor na ativação e no uso da cidade”, completa Leite.

Programa de credenciamento médico do Ipe Saúde supera expectativas na primeira fase

/ SAÚDE

Com o propósito de estender, em abrangência, o Rio Grande do Sul inteiro com serviços qualificados e um número suficiente para a rede de usuários, o Programa Mais Assistência, comandado pelo Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (Ipe Saúde), encerrou seu primeiro ciclo com 6.891 inscrições de postos de atendimento para cadastramento médico. O programa foi estruturado a partir de um estudo técnico que mapeou,

de forma regionalizada, a demanda por especialidades médicas.

Após uma reestruturação financeira, o programa é o segundo pilar da “nova era” do Ipe Saúde. Conta com 10.460 vagas distribuídas em frentes de atendimentos, em 356 municípios do Estado que serão fechadas em um segundo ciclo. O processo de credenciamento é conduzido pela Legalle Concursos e Soluções Integradas, responsável pela operacionalização das etapas previstas.

Na avaliação de Paulo Rogério Silva dos Santos, diretor presidente

do Ipe Saúde, os quase 7 mil postos credenciados superaram as expectativas, pelo fato de ser apenas o primeiro ciclo, que deve se concluir efetivamente em julho, após análise documental, saneamento de pendências e envio de documentação complementar. São quatro fases: inscrição, fase atual, habilitação, assinatura dos contratos e autorização de início da prestação de serviço.

“Os 10.460 postos podem ser preenchidos com até 10 mil médicos, pois cada profissional pode atender até duas localidades em

três especialidades diferentes. A ideia é oferecer uma rede de atendimento funcional aos usuários, que hoje passam de 830 mil pessoas”, afirma Santos.

Em nota, a entidade alegou que o número divulgado corresponde exclusivamente às inscrições realizadas. A efetiva habilitação dependerá da conferência da documentação exigida em edital e do enquadramento às vagas disponíveis por especialidade e localidade.

Durante o South Summit Brazil 2026, o Ipe Saúde apresentou

o dashboard do programa, como solução de inteligência aplicada à gestão da rede assistencial. O painel foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, para integrar, em uma única plataforma, dados institucionais e informações estruturadas do mercado de saúde. Ele ficará disponível no site da autarquia e contemplará os indicadores da rede credenciada, a distribuição territorial de profissionais, a oferta por especialidade, o volume de segurados e os parâmetros de suficiência.

Campanha fortalece proteção às mulheres no transporte público da Região Metropolitana

/ DIREITOS HUMANOS

Em um cenário em que mais de 18 mil casos de lesões corporais contra mulheres foram registrados no Rio Grande do Sul em 2025, qualquer medida - ou ação - é recebida de braços abertos. Assim também, como programas para o combate a tais violências e preconceitos, como, por exemplo, a campanha Linha do Respeito - Rota de Segurança, realizada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS),

a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) e a Associação dos Transportadores de Passageiros (ATP).

A campanha é resultado de ação conjunta da Ouvidoria da Mulher, das Pessoas LGBTQIAPN+ e das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do TJ-RS e do Departamento de Comunicação Social do Tribunal. O lançamento oficial ocorreu ontem, no espaço da Ouvidoria do Tribunal gaúcho.

Em nota, a entidade afirma

que o objetivo é ampliar o acesso da população a informações sobre direitos e canais de denúncia, promover a conscientização e fortalecer as redes interinstitucionais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher, do racismo e da discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+.

Na avaliação do presidente do TJ-RS, Eduardo Uhlein, trata-se de uma campanha de informação à comunidade sobre quais os canais para denunciar

as hipóteses de violência contra a mulher, de racismo, de homofobia, violência de gênero, etc.

“Apostamos muito no sucesso dessa campanha. Graças a essa parceria, vamos dar visibilidade a essas questões e apresentar os canais através de um QR Code para, a partir daí, baixar uma série de informações. Além de um material informativo que permita às vítimas ou mesmo quem saiba sobre alguma situação, disponibilizaremos canais competentes para que a popula-

ção faça suas denúncias”, explica Uhlein.

Entre as ações previstas estão a fixação de cartazes informativos com o QR Code em estações, trens e ônibus, bem como a divulgação de conteúdos digitais nos sites e redes sociais institucionais dos parceiros. Os materiais reúnem orientações à comunidade e divulgam canais oficiais de denúncia, como o Disque 100, o Disque 180, a Delegacia Online do Rio Grande do Sul e a Defensoria Pública.